



Moção contra as novas leis do Fies

A União Nacional dos Estudantes, que sempre esteve na luta em defesa da educação de maior inserção do povo na universidade, defende a regulamentação e o aperfeiçoamento do Fies. No entanto, a avaliação que fazemos é que as novas regras do programa impostas pelo governo federal estão na contramão do projeto de universidade democrática que defendemos. As novas mudanças ocorrem sem o mínimo de diálogo ou discussão com os profissionais em educação, estudantes e universidades. O programa que só em 2014 atendeu mais de 700 mil estudantes será reduzido a menos de 100 mil beneficiados.

A maior burocratização dificulta o acesso ao programa. Todas as bolsas eram concedidas a estudantes com renda familiar até três salários-mínimos. Com o novo Fies, o programa passa a classificar estudantes em três faixas, nas quais apenas a primeira corresponde a estudantes com renda até três salários; as outras duas se destinam a rendas superiores. Com isso, o Fies restringe o acesso dos estudantes com maior vulnerabilidade social.

A diminuição do prazo de carência nos preocupa porque prejudica o estudante que precisa estruturar a sua vida profissional após o término da graduação. É uma grande contradição no período em que estamos vivendo de crise econômica e alto índice de desemprego. Hoje o estudante sai da universidade e não consegue um emprego em três meses ou até mesmo em um ano, e mesmo quando consegue dificilmente permanece. Se antes já era difícil o acesso da juventude ao trabalho formal, com as novas leis trabalhistas isso ficará ainda mais acentuado.

As faculdades que quiserem participar do Fies 1, terão que contribuir com um Fundo Garantidor, mantido obrigatoriamente por elas, com aportes proporcionais à sua taxa de inadimplência. Esses aportes podem ser repassados em aumento das mensalidades para todos os matriculados, contribuindo para não permanência do estudante no programa e na universidade.

Até 2016, dados do MEC indicaram que 50,07% dos financiamentos do FIES eram ocupados por negros e negras, que historicamente não tiveram acesso ao ensino superior. Com as novas regras é evidente que a função social que o FIES ficará comprometida.

Já se faz notório os primeiros impactos do novo Fies para a educação brasileira. As principais Universidades do Rio grande do Sul, por exemplo, não aderiram ao programa com as novas regras. Esta uma realidade preocupante, haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento nacional. Nós, da União Nacional dos Estudantes, nos posicionamos veementemente contra as novas regras e não mediremos esforços na busca por medidas para barrar os retrocessos na educação.

União Nacional dos Estudantes

23 de Fevereiro de 2017.